

ANÁLISE DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS EM MATO GROSSO DO SUL: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Tarissa Marques Rodrigues dos Santos¹

Eixo 2 – Desenvolvimento local da formação docente

Resumo: Este estudo tem como objeto os programas de alfabetização no Estado de Mato Grosso do Sul, com foco nos programas educacionais implementados, como Além das Palavras, MS Alfabetiza, PRÓ-LETRAMENTO e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). O objetivo é analisar a trajetória e a eficácia desses programas na melhoria da alfabetização das crianças. A metodologia inclui análise documental das políticas públicas e programas de alfabetização. Os resultados indicam que, apesar da diversidade de nomenclaturas, os programas de alfabetização no Estado de Mato Grosso do Sul – Além das Palavras, MS Alfabetiza, PRÓ-LETRAMENTO e PNAIC – compartilham uma estrutura semelhante, com foco na formação continuada de professores, suporte teórico e encontros presenciais. No entanto, cada programa apresenta características próprias que refletem diferentes abordagens metodológicas para a alfabetização. Além das Palavras, por exemplo, prioriza o método fônico, facilitando a decodificação inicial, enquanto MS Alfabetiza adota uma abordagem mista que combina práticas fônicas e de letramento para um desenvolvimento mais equilibrado de habilidades técnicas e de compreensão. PRÓ-LETRAMENTO, implementado em parceria com universidades, enfatiza a reflexão sobre a prática pedagógica e a integração de letramento, mas enfrenta desafios de continuidade após a formação. Já o PNAIC, com sua padronização nacional e colaboração entre estados e municípios, promove o letramento com foco na compreensão e uso social da escrita, embora dependa da adesão local e careça de suporte contínuo. Este estudo é fundamentado teoricamente por Soares (2004), Ferreiro e Teberosky (1985), e Mortatti (2019), cujas obras são essenciais para compreender a evolução das metodologias de alfabetização e o papel das políticas públicas neste processo.

Palavras-chave: Alfabetização; Políticas Públicas; Programas de Alfabetização.

1 Introdução

O processo de alfabetização é considerado um tema de grande relevância para o meio educacional e, por esse motivo, a proposta dessa seção circunda em trazer as discussões pelo viés das teorias que buscam relacioná-la com o letramento e pelas políticas públicas que concernem os programas voltados para a área com o objetivo de atender as necessidades dos alunos e discutir sobre os programas do Mato Grosso do Sul, como Além das palavras, MS Alfabetiza, PRÓ-LETRAMENTO e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Este último foi pensado a partir da política de alfabetização destinada para crianças de até 8 anos no âmbito nacional, contribuindo para o avanço no contexto das políticas públicas, uma vez que os programas anteriores também compactuam com esta linha. Assim, conclui-se que são programas do governo com denominações diferentes, porém formatos idênticos, pois seguem uma lógica de formação continuada à distância, tendo encontros presenciais, utilizando materiais e aportes teóricos específicos.

Dessa forma, a alfabetização é uma etapa importante na vida das crianças, na qual as crianças precisam desenvolver as competências básicas de leitura e de escrita

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação PPGEDU/FAED na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestra em Estudos Fronteiriços pela mesma instituição. E-mail: tarissamarques@gmail.com

com o objetivo de auxiliá-las no seu processo de aprendizagem nos primeiros anos da escolarização. Por essa razão, criou-se diversos programas cujo objetivo era alfabetizar as crianças, trazendo uma nova metodologia para as escolas de ensino e de avaliação para auxiliar o professor com a prática e com a aquisição de novos saberes e promover uma educação de qualidade para o estado do Mato Grosso do Sul.

Ferreiro e Teberosky (1985) trouxeram contribuições fundamentais para o campo da alfabetização ao redefinir a maneira como se entende o processo de aquisição da escrita pelas crianças. Em sua pesquisa, as autoras demonstram que a alfabetização não é simplesmente o ensino de letras e sons, mas um processo ativo em que a criança constrói hipóteses sobre o sistema de escrita a partir de suas interações com o mundo.

Elas afirmam que as crianças, antes mesmo de serem formalmente alfabetizadas, desenvolvem uma série de conhecimentos sobre a função e a estrutura da escrita, elaborando diferentes níveis de compreensão até atingirem o domínio do sistema alfabético. Assim, o estudo de Ferreiro e Teberosky desafia métodos tradicionais e destaca a importância de uma alfabetização que considere o papel ativo da criança na construção do conhecimento, ressaltando a necessidade de práticas pedagógicas que estimulem o desenvolvimento cognitivo e a compreensão dos usos sociais da escrita.

As políticas públicas estão relacionadas aos programas de alfabetização da criança e à trajetória do cenário educacional para compreender todo este processo. Tendo isso em vista, faz-se necessário discutir sobre o tema, pois a política educacional é considerada a partir de um recorte que contempla diversas diretrizes que estão relacionadas à alfabetização.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa afirma que a política educacional como recorte das Políticas Públicas, conforme Azevedo (2003, p. 38), pois a política educacional pode ser considerada como “[...] tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Por esse motivo, é importante refletir sobre as políticas que estão atreladas à educação, ao modelo de ensino, repercutindo diretamente nas práticas educativas das instituições escolares. Além disso, Oliveira (2010, p. 98) afirma que as políticas educacionais são “[...] aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar”. Logo, elas são responsáveis pela manutenção de uma educação de qualidade, motivo pelo qual esta é relacionada à implantação de políticas públicas na área.

Assim, as políticas públicas ou educacionais não se constituem apenas em uma determinada política estatal, pois envolve diversos processos, instituições e agentes ativos no seu decorrer, conforme Palumbo (1994, *apud* Aranda, 2011) apontam:

A política educacional presente hoje nas relações sociais é um alvo em movimento, é um processo ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes. Por isso é complexa, invisível, alusiva, dinâmica, normativa, contraditória e conflituosa. Manifesta-se nas estratégias utilizadas pelos governantes, cujo conteúdo referencia princípios e diretrizes constitucionais, prioridades, objetivos e metas, meios, organização administrativa e operacional, população alvo e seu papel. Tem como suportes declarações, leis, regulamentos, planos, projetos, programas (Palumbo, 1994, *apud* Aranda, 2011, p. 2).

Por esse motivo, as políticas públicas estão imbricadas no processo de ações históricas e de poder garantir os direitos voltados para os cidadãos que nem sempre desfrutam de todos os benefícios, mesmo que por trás, são operacionalizadas por leis, regulamentos, planos ou projetos que são feitos e, por fim, realizados. Logo, a

constituição e a trajetória das políticas educacionais são pensadas para atender às necessidades e os interesses do governo numa lógica hegemônica que não pensa em um projeto a longo prazo. Com isso, é preciso um planejamento de ações e estratégias que se voltem para a sociedade, isto é, um investimento para a alfabetização da criança que esteja alinhado à demanda de um país que conceba uma política de Estado destacando a importância desta etapa inicial para a educação.

Nesse sentido, algumas situações são apontadas nesta citação sobre o fracasso escolar no processo de alfabetização como uma das principais razões sobre a proposição relacionada às políticas oficiais que se aplicam neste campo e o jugo dessas imposições que norteiam as ações neste campo. Assim, é preciso levar em conta as diretrizes da educação e as características das políticas educacionais, para que sejam pensadas propostas que possam apresentar uma determinada sequência.

Ao se tratar sobre programas voltados para a alfabetização, é importante enfatizar que a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica foi instituída pela Portaria MEC nº 1.179, de 6 de maio de 2004. Essa portaria estabeleceu o Sistema Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, com o objetivo de promover a formação continuada dos docentes e melhorar a qualidade do ensino no país. A rede é composta por centros de pesquisa e desenvolvimento da educação, instalados em instituições universitárias brasileiras, abrangendo diversas áreas de especialidade, como Educação Infantil, Ensino Fundamental, Língua Portuguesa, Matemática, entre outras, tendo como responsáveis as secretarias de Educação Básica e de Educação a Distância do MEC, em parceria com o IESs, em que Estados e municípios aderiram à presente iniciativa.

[...] visando a institucionalizar o atendimento da demanda de formação continuada, dirigida exclusivamente à educação infantil e ao ensino fundamental. Nas universidades que se integraram à rede, foram instituídos Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação com uma equipe que coordena a elaboração de programas voltados para a formação continuada de professores (Gatti, 2011, p. 55- 56).

A rede nacional consiste em um conjunto de ações que se propõem à formação continuada, buscando articular-se diretamente entre si com o objetivo de contribuir para a melhoria da educação e para o aperfeiçoamento da formação de professores e de alunos da Educação Básica, além de fortalecer os próprios programas que visam essas estratégias e finalidades, promovendo maior articulação e envolvimento direto com as demandas de municípios e Estados para refinar as demais das secretarias de Educação, permitindo uma organização mais clara dos atendimentos pelas IESs.

No que diz respeito ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, instituído no ano de 2012, pela Portaria nº 867, este é considerado um compromisso assumido pelos governos federais, com o objetivo de assegurar que todas as crianças tenham a oportunidade de serem alfabetizadas até os oito anos de idade, no decorrer do primeiro ao final do terceiro ciclo do ensino fundamental.

O ciclo de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental é um tempo sequencial de três anos (600 anos letivos), sem interrupções, dedicados à inserção da criança na cultura escolar, à aprendizagem da leitura e da escrita, à ampliação das capacidades de produção e compreensão de textos orais em situações familiares e não familiares e à ampliação do universo de referências culturais dos alunos nas diferentes áreas do conhecimento. Ao final do ciclo de alfabetização, a

criança tem o direito de saber ler e escrever, com domínio do sistema alfabético de escrita, textos para atender a diferentes propósitos (Brasil, 2012, p. 17).

De acordo com o presente documento, trata-se de um programa voltado para a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática até o terceiro ano do Ensino Fundamental, englobando todas as crianças das escolas municipais e estaduais, sejam elas da zona urbana ou rural. Assim, a palavra pacto nos remete a acordo ou compromisso assumido entre duas ou mais partes para atender um determinado objetivo. No caso do programa, este envolve órgãos governamentais da esfera federal, estadual e municipal e, sobretudo, destaca a formação continuada dos professores na área.

Considerando a complexidade dessas aprendizagens, o tempo de 600 dias letivos é um período necessário para que seja assegurado a cada criança o direito às aprendizagens básicas da apropriação da leitura e da escrita; necessário também, à consolidação de saberes essenciais dessa apropriação, ao desenvolvimento das diversas expressões e ao aprendizado de outro saberes fundamentais das áreas e componentes curriculares, obrigatórios, estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos, como apresenta o Livro de Apresentação do PNAIC (Brasil, 2014).

Nessa perspectiva, considera-se a integração e a estruturação com base na formação continuada de professores Alfabetizadores de diversas áreas, utilizando materiais, referências curriculares e pedagógicas do MEC que contribuem para a alfabetização; compartilhamento da gestão do programa entre o Governo Federal, estados e municípios e pela orientação de garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a serem aferidos pelas avaliações anuais (Brasil, 2014).

Logo, os professores participaram de um curso com carga horária de 120 horas em 2013, tendo como objetivo articular entre os diferentes componentes curriculares, com enfoque principal na Linguagem, permitindo o seu desenvolvimento intelectual e a aquisição de novos conhecimentos voltados para o âmbito da prática educacional.

Portanto, a formação continuada é essencial neste processo, pois contribui para o debate sobre a aprendizagem das crianças, tendo em vista a melhoria na qualidade do ensino, do aperfeiçoamento da prática docente e os processos de acompanhamento, no que diz respeito à avaliação e ao ensino, para que os professores possam se planejar e estarem preparados frente às diversas situações com as quais irão se deparar na sala de aula.

2 O contexto das políticas de alfabetização em Mato Grosso do Sul

2.1 Pró-Letramento - Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental - Alfabetização e Linguagem

Inicialmente, o Programa Pró-Letramento Mobilização pela Qualidade da Educação, lançado em 2005, é um programa de formação continuada que se direciona aos professores das séries iniciais do ensino fundamental com o objetivo de promover a melhoria da qualidade da leitura e da escrita, como ação que integra o Plano Nacional de Qualidade da Educação Básica, entre outras ações de formação de professores ancoradas no Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

Conforme o Guia geral do Pró-Letramento (Brasil, 2012a), os objetivos são:

[...] oferecer suporte à ação pedagógica dos professores dos anos ou séries iniciais do ensino fundamental, contribuindo para elevar a

qualidade do ensino e da aprendizagem de língua portuguesa e matemática, propor situações que incentivem a reflexão e a construção do conhecimento como processo contínuo de formação docente; desenvolver conhecimentos que possibilitem a compreensão da matemática e da linguagem e de seus processos de ensino e aprendizagem; contribuir para que se desenvolva nas escolas uma cultura de formação continuada; desencadear ações de formação continuada em rede, envolvendo Universidades, Secretarias de Educação e Escolas Públicas das Redes de Ensino (Brasil, 2012a, p. 02).

O suporte voltado para a ação pedagógica dos professores das séries iniciais do ensino fundamental é importante para o processo de alfabetização, pois contribui para a aprendizagem da língua portuguesa a partir de situações que levem o aluno a refletir e a exercer um olhar crítico sobre os diversos contextos, assim como construir o seu conhecimento ancorado no processo de aprendizagem, enriquecendo a formação continuada.

Entretanto, apesar disso, o Ministério da Educação é o grande responsável por coordenar o programa, elaborar diretrizes, os critérios para a organização dos cursos e a proposta de implementação e garantir recursos financeiros para a formação dos orientadores/tutores e para a elaboração e reprodução dos materiais. A responsabilidade pelo desenvolvimento e produção dos materiais dos cursos, formação e orientação do professor/orientador/tutor fica por conta das Universidades, integradas aos Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, com o objetivo de oferecer suporte à ação pedagógica dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental, contribuindo para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática (Brasil, 2012a).

Além disso, de acordo com o guia do Pró-Letramento (Brasil, 2012a), o programa é realizado com a participação de cinco agentes que são responsáveis pela execução das ações nos respectivos Estados, ou seja, o primeiro agente é o Coordenador Geral do Programa: profissional vinculado à universidade parceira, responsável pela implementação do mesmo, o segundo agente era o Formador: de preferência um profissional com vínculo à Universidade, responsável pela formação dos orientadores e dos estudos, o terceiro agente era Coordenadora Administrativo do Programa: deve ser um profissional que atue na Secretaria da Educação, que organize o Programa no município e articule entre a IES e a Secretaria da Educação.

Já o quarto agente era o orientador de Estudos que devia ser o professor efetivo do município e estar preparado para receber a formação da Universidade, tendo indicação da Secretaria da Educação pautada em sua experiência profissional, além de formação acadêmica. Sendo assim, este é considerado a peça-chave do projeto, pois será ele o grande responsável por articular entre a Universidade e as demais pessoas; e por fim o quinto agente é o professor cursista: deve dar aula para as séries e anos iniciais do ensino fundamental do primeiro ao quinto ano, estar atuando na escola e em sala de aula e ter realizado a inscrição para o programa.

Com a perspectiva de ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos mediante a incorporação das crianças de 6 anos de idade, o Programa Pró-Letramento, instituído em 2005, dirige-se aos docentes dos anos iniciais dessa etapa de escolarização, com o objetivo de orientar o trabalho dos professores que atuam nesse período de ensino e de assegurar a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática, acolhendo as crianças pequenas, mediante

o uso de abordagens mais adequadas à faixa etária (Brasil, 2012a, p. 84).

Dessa forma, o programa traz a abertura de concessão de bolsas para os agentes responsáveis pela consolidação de suas ações que estão em conformidade com os setores diretamente envolvidos com a Universidade, Redes de Ensino, MEC e demais orientadores do programa. Assim, o guia Geral do Programa (Brasil, 2012a), afirma que os orientadores de estudos, cursistas têm 84 horas divididas no presencial e 36 horas à distância, com o total de 120 horas.

Estudos indicam que a oferta de bolsas no Pró-Letramento desempenha um papel significativo na adesão e motivação dos professores. A pesquisa de Alferes e Mainardes (2012) destaca que a concessão de bolsas contribuiu para a participação ativa dos docentes, permitindo-lhes dedicar tempo e recursos à formação sem comprometer outras responsabilidades profissionais. Essa política de incentivo financeiro facilitou a implementação das práticas pedagógicas aprendidas, resultando em melhorias na qualidade do ensino.

Além disso, o material do Pró-Letramento foi planejado por 10 universidades e então se divide em dois volumes: o volume de Alfabetização e Linguagem, dividido em oito fascículos.

O material didático foi preparado com o objetivo de oferecer as bases necessárias ao trabalho do(a) professor(a), atingindo-o diretamente em sua prática. Envolve o conhecimento do conteúdo pedagógico, dos conteúdos a serem ensinados aos alunos e das maneiras de ensiná-los. Propõe situações que incentivem a reflexão e o caráter contínuo da construção de conhecimentos pelos professores, incentivando-os a aplicarem o que aprenderam nas aulas com seus alunos e analisarem os resultados com colegas, tutores e professores formadores. As ferramentas tecnológicas de interação a distância foram introduzidas paulatinamente no curso (Brasil, 2012a, p. 56).

Segundo Alferes e Mainardes (2012), os autores analisaram a estrutura descentralizada do programa Pró-Letramento, que dependia da colaboração entre os governos federal, estadual e municipal. Essa descentralização era um dos aspectos fundamentais para a sua implementação, pois permitia que o programa fosse adaptado às necessidades regionais. No entanto, Alferes e Mainardes apontam que, embora a formação continuada tenha impacto positivo na prática pedagógica dos professores, a gestão e o acompanhamento do programa apresentarão desafios que dificultaram sua efetividade em longo prazo. Entre os entraves estavam a necessidade de maior acompanhamento após o término da formação e a dependência dos recursos financeiros locais, que nem sempre são suficientes para sustentar as novas práticas adquiridas pelos professores.

Complementando essa visão, Oliveira, Pizzio e França (2010) organizam uma coletânea de relatos no livro *Pró-Letramento: Experiências Pedagógicas em Alfabetização e Linguagem*, na qual destacaram as experiências pedagógicas dos professores participantes do programa. A obra oferece uma perspectiva prática sobre a implementação do Pró-Letramento, trazendo exemplos de metodologias e abordagens que foram exitosas no desenvolvimento das competências de alfabetização dos alunos. Esses relatos demonstraram como o programa possibilitou que os docentes experimentassem metodologias inovadoras, enriquecendo suas práticas pedagógicas e promovendo uma alfabetização que vai além do ensino mecânico da leitura e da escrita.

Portanto, este foi um programa que contribui diretamente para a melhoria do desenvolvimento, da leitura e das escritas dos alunos em fase de alfabetização, e, foi gradualmente encerrado em meio a mudanças nas políticas educacionais brasileiras e na reorganização das prioridades do Ministério da Educação (MEC).

2.2 Programa Além das Palavras

Em nível de âmbito estadual, o Programa Além das Palavras, do Estado de Mato Grosso do Sul, criado em 2008, tornou-se programa só em 2012, dividindo-se em 79 escolas-pilotos que se distribuem em 25 municípios. Tem como objetivo melhorar a qualidade do ensino e a aprendizagem dos estudantes, bem como subsidiar a prática docente, por meio de capacitação e assessoramento (Mato Grosso Do Sul, 2012).

Assim, o programa surgiu de uma necessidade ancorada por meio das Avaliações Nacionais que consistia em conhecer o desenvolvimento dos alunos que estavam matriculados em diferentes escolas a nível nacional. Além disso, também buscava avaliar os percentuais de evasão escolar por meio das provas de Língua Portuguesa e Matemática, elaboradas pelo INEP, na qual o aluno precisaria resolver algumas questões num determinado tempo de forma individual. Por esse motivo, foram inseridas as escolas que tiveram como resultado o índice 3,0 com baixo rendimento. Sendo, assim, o programa:

O Programa Além das Palavras orienta-se, particularmente, pelo que estabelece a LDB (Lei Federal n. 9394, de 20 de dezembro de 1996), em seu artigo 2, inspirada na Constituição Federal de 1988, sobre os fins da educação: “o plano desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Orienta-se, ainda, nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2010) que definem princípios, fundamentos e procedimentos de elaboração e implementação dos currículos para os estados, com destaque à interdisciplinaridade, a contextualização e à transversalidade como formas de organização do trabalho pedagógico escolar. Considera, também, as reflexões que constam nos Referenciais Curriculares da Rede Estadual de Ensino de MS quanto à educação, escola e currículo (Mato Grosso do Sul, 2012, p. 15).

No dia 24 de março de 2008, por meio da Resolução/SED n. 2162, o programa foi criado pela Secretaria Estadual da Educação (SED). Nesse sentido, este tinha como proposta um contexto de baixo IDH, apresentar a aplicação de diversas metodologias no ensino de Língua Portuguesa e Matemática, por meio de um material didático específico, que estivesse de acordo com os critérios do programa. A metodologia diz respeito à alfabetização através do método fônico que contempla as letras maiúsculas, a contação de histórias, além de cartazes que sugerem atividades para serem desenvolvidas com os alunos.

Dessa forma, o programa se baseia nas diretrizes legais que consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica e os Referenciais Curriculares da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e então prevê a contratação de professores que já sejam formados nos cursos de Letras e matemática, respectivamente para também exercer funções de coordenadores nas devidas áreas, sendo treinados por profissionais da Secretaria do Estado de Educação para poder atuarem nas escolas, para a qual serão encaminhados.

[...] apresenta-se como um conjunto de ações articuladas a serem

desenvolvidas junto a professores licenciados em Língua Portuguesa e Matemática para atuarem como coordenadores da área da Rede Estadual de Ensino (Mato Grosso do Sul, 2012, p. 11).

Por meio dessas ações, é possível ver que a responsabilidade da supervisão dos trabalhos pedagógicos que são desenvolvidos pelos professores é colocada sobre os coordenadores das áreas de Língua Portuguesa e Matemática e não necessariamente do coordenador pedagógico, pois não participa da formação continuada dos programas. Além disso, esta formação ressalta a necessidade da metodologia concebida pela proposta sobre o método fônico por Oliveira (2004):

O uso de métodos fônicos não ocorre de forma abstrata; ele se dá através da utilização de materiais didáticos diversos - uso de letras, alfabetos, atividades que letras e sons (fonemas e grafemas), palavras impressas em cartões e cartazes, textos desenvolvidos ou escolhidos por critérios semânticos e morfossintáticos. Esses materiais se encontram na forma de orientações, fichas e listas de palavras, ou sistematizados e manuais de alfabetização - que tradicionalmente são chamados de cartilhas no Brasil (Oliveira, 2004, p. 59).

Portanto, cabe pontuar que este programa trazia o cotidiano das escolas públicas estaduais e provoca diversas reflexões sobre o sistema de ensino e sua organização, oportunizando aos professores da rede estadual deste Estado, a formação na perspectiva do letramento e do método fônico. Além disso, a secretaria de Estado da Educação - SED/MS contribui com livros didáticos para serem utilizados nas escolas pelos alunos, dentre os principais, temos: “Grafismo e Caligrafia - letras cursivas”; “Grafismo e Caligrafia - letras de forma”; “Aprender a Ler”; “Manual do Professor”, etc como um material para auxiliá-los no processo de alfabetização.

Para Soares (2004), programas de alfabetização precisam estar alinhados com as realidades e práticas culturais dos alunos. Ela enfatiza que o aprendizado não pode se restringir à aquisição de habilidades mecânicas, como o reconhecimento de letras e a decodificação de palavras, mas deve incluir a capacidade de interpretar e produzir textos adequados às diferentes situações da vida cotidiana. Segundo sua perspectiva, os alunos em processo de alfabetização devem ser expostos a uma variedade de gêneros textuais e formas de uso da linguagem, o que contribui para que a alfabetização se torne uma ferramenta efetiva de inclusão social e de cidadania. A autora enfatiza que, para uma alfabetização significativa, é essencial que os alunos desenvolvam habilidades de interpretação e uso social da linguagem escrita, considerando as diversas situações de comunicação e as demandas do contexto social.

Ao adotar essa perspectiva, o método fônico, caracterizado por atividades de repetição e associação direta entre fonemas e grafemas, pode ser visto como insuficiente para promover uma alfabetização completa. Esse método foca-se na decodificação, ou seja, na habilidade de traduzir símbolos escritos em sons, o que pode limitar a formação de leitores críticos e capazes de interagir de forma reflexiva com textos variados.

A repetição mecânica, muitas vezes presente no método fônico, tende a desconsiderar o contexto e a função social da linguagem, o que, segundo Soares, é fundamental para que o aprendizado da leitura e da escrita se torne uma ferramenta de inclusão social e exercício da cidadania.

2.3 Programa MS Alfabetiza

O Programa MS Alfabetiza – Todo pela Alfabetização da Criança surgiu com a Lei n. 5724, de 23 de setembro de 2021, pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Educação (SED), vinculado à Coordenadoria de Educação Infantil e Ensino Fundamental (CEIEF) da Superintendência de Políticas Educacionais (SUPED/SED), conforme as informações do documento.

Seu principal objetivo é fortalecer a aprendizagem e melhorar os indicadores educacionais dos estudantes matriculados nas redes públicas de ensino do território sul-mato-grossense, o que demanda cuidar para que haja uma progressão de aprendizagens para alfabetização e dessas para outras práticas de letramento, no tocante à formação leitora e consolidação da escrita.

Cabe destacar que, atualmente, o Programa está vinculado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Decreto n. 11.556, de 12 de junho de 2023 e tem por objetivo garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, por meio de ações governamentais e da promoção do material didático complementar para a alfabetização, além de material pedagógico para a Educação Infantil para incentivar a formação continuada para professores e gestores da escola a partir da prática docente e do sistema de avaliação.

Diante disso, as ações do programa estão voltadas para as crianças e para os professores, em colaboração com o governo do estado de Mato Grosso do Sul e de seus 79 municípios. Além disso, conta com o apoio da Parceria para Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), criada pela Associação Bem Comum (ABC) e instituições da sociedade civil. Essas ações têm por objetivo dar início ao processo de alfabetização aos alunos e adequar cada etapa às suas respectivas idades e níveis de escolarização, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017).

Nesse sentido, é importante ressaltar a importância de desenvolver habilidades de leitura e escrita, adequando as idades e os níveis de escolarização de cada aluno, pois permite o avanço no processo de aprendizagem, favorecendo na aquisição de novos saberes e na formação de letras e palavras a partir do método fônico.

Mortatti (2019) destaca a importância de compreender a alfabetização como um processo histórico e socialmente construído, enfatizando que as práticas de ensino da leitura e da escrita não podem ser vistas de forma isolada ou descontextualizada. Ela argumenta que os desafios enfrentados no campo da alfabetização são resultado de fatores sociais, políticos e educacionais que moldaram as políticas e metodologias ao longo do tempo. Para Mortatti, é fundamental que os programas de alfabetização reconheçam essa historicidade e apliquem métodos que não apenas ensinem a codificação e decodificação de palavras, mas também integrem o letramento, possibilitando que as crianças compreendam o papel da escrita nas diversas práticas sociais.

A importância dos programas de alfabetização pensados na perspectiva do letramento está no fato de que eles vão além do simples ensino do código escrito. Conforme argumenta Magda Soares (2004), o letramento envolve não apenas o domínio técnico do alfabeto, mas também a compreensão de como a linguagem escrita é utilizada em diferentes contextos sociais. Dessa forma, o foco passa a ser o uso da escrita como prática social, permitindo que os indivíduos compreendam e participem das diversas esferas da vida onde a leitura e a escrita se fazem necessárias.

Para facilitar uma análise comparativa entre os programas de alfabetização implementados no Estado de Mato Grosso do Sul, foi elaborada a tabela abaixo. A tabela organiza as informações essenciais sobre cada programa – Além das Palavras, MS Alfabetiza, PRÓ-LETRAMENTO e PNAIC – destacando o ano de

implementação, o modelo de formação, os métodos pedagógicos adotados e a contribuição de cada iniciativa para a eficácia da alfabetização:

Quadro 1 – Síntese dos programas analisados

Programa	Ano	Modelo de Formação	Métodos Pedagógicos	Contribuição para a Eficácia
Além das Palavras	2008	Capacitação prática com assessoramento contínuo e encontros presenciais	Método fônico, com foco na decodificação e correspondência fonema-grafema	Facilita a decodificação, mas limita a compreensão e o uso social da escrita
MS Alfabetiza	2021	Colaboração entre governo estadual e municípios, com formação continuada	Abordagem mista, incluindo método fônico e práticas de letramento	Promove uma alfabetização mais completa, mas enfrenta desafios na adaptação e suporte contínuo
PRÓ-LETRAMENTO	2005	Formação continuada em parceria com universidades, com encontros presenciais e EAD	Integra alfabetização e letramento, com ênfase na reflexão e desenvolvimento de competências de leitura	Potencializa o desenvolvimento teórico dos professores, mas carece de acompanhamento pós-formação
PNAIC	2012	Formação padronizada e nacional, com cursos presenciais e materiais do MEC, em colaboração com estados e municípios	Abordagem ampla, incentivando o letramento e a interpretação de textos em diferentes contextos	Busca alfabetização integral, mas depende da adesão local e enfrenta desafios com a falta de suporte contínuo

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

As distinções entre os programas indicam que cada um tem uma abordagem particular para a alfabetização e a formação dos professores. Programas como Além das Palavras e MS Alfabetiza são iniciativas estaduais com uma visão mais próxima das necessidades locais, mas que enfrentam desafios na integração de métodos abrangentes de letramento. Por outro lado, o Pró-Letramento e o PNAIC apresentam uma estrutura de formação mais robusta, promovendo uma qualificação docente que valoriza a prática reflexiva e a inclusão do letramento, mas a ausência de suporte contínuo limita o impacto duradouro dessas práticas.

Essas distinções mostram que a efetividade dos programas depende não só do método adotado, mas também do suporte contínuo e da adequação das práticas ao contexto específico dos alunos e professores.

3 Considerações Finais

A partir deste breve panorama a respeito dos programas voltados para a Educação e sobre as políticas públicas da alfabetização, é importante que se reconheça a particularidade de cada um deles, seu modo de organização e as matrizes utilizadas de maneira peculiar, concebendo a formação continuada como critério primordial para este serviço. Sendo assim, a educação relacionada à formação continuada traz o avanço e o aprofundamento no olhar profissional dos professores, pois permite que estes possam desenvolver e aprimorar sua prática docente a partir da identificação dos problemas apresentados e da realidade de cada aluno e, sobretudo, das falhas do nosso sistema educacional.

Assim, ao se investir em programas voltados para a Educação, são apresentadas novas perspectivas para atender às necessidades e interesses das crianças de até oito anos de idade, dando um novo sentido para o processo de alfabetização. Além disso, é importante destacar que os programas têm o formato semelhante como, por exemplo, o PNAIC e o Pró-Letramento, no aspecto da própria formação continuada e na concessão de bolsas de estudos voltadas para professores que atuam na esfera das escolas públicas estaduais. Ainda assim, é notório que temos o contexto das políticas públicas que são fundamentais para a realização desses programas e para que a alfabetização possa ocupar um lugar amplo na vida das crianças brasileiras desta faixa etária.

Referências

ALFERES, M. A. S.; MAINARDES, J. Formação continuada de professores alfabetizadores: uma avaliação do Programa Pró-Letramento. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 97-113, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v4i10.97>. Acesso em: 3 nov. 2024.

BRASIL. **Acervos complementares**: alfabetização e letramento nas diferentes áreas do conhecimento. Brasília: A Secretaria, 2012b.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Currículo Inclusivo: O direito de ser alfabetizado. Ano 03. Unidade 01. Brasília, 2012c.

BRASIL. **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa**. Livreto de apresentação. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.pacto.proex.ufu.br/sites/pacto.proex.ufu.br/files/files/pacto_livreto_manual.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 1.179, de 6 de maio de 2004. Institui a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 maio 2004. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-1179-2004_187050.html. Acesso em: 3 nov. 2024.

BRASIL. Portaria MEC No 867, de 04 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5.07.2012. Disponível em: www.datalegis.inf.br. Acesso em: 11 out.2024

BRASIL. **Pró-Letramento Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental**: alfabetização e linguagem. Guia Geral. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2012a.

CEARÁ. **Pense! Revista do Programa de Alfabetização na Idade Certa**. Ano 4, no 17, outubro e novembro de 2013. Secretaria de Estado de Educação do Ceará.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

GATTI, B. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011. 300 p.

MATO GROSSO DO SUL. **Programa Além das Palavras**. Secretaria de Estado de Educação. Campo Grande, 2012.

MORTATTI, M. R. L. **Alfabetização, letramento e os desafios educacionais do século XXI**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019.

OLIVEIRA, A. F. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *In*: OLIVEIRA, A. F.; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George (orgs.). **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiás: Editora

OLIVEIRA, A. F.; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. **Pró-Letramento: experiências pedagógicas em matemática e linguagem**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/126251>. Acesso em: 3 nov. 2024. p. 93-99.

OLIVEIRA, J. B. A. **ABC do Alfabetizador**. Belo Horizonte, MG: Alfa Educativa, 2004.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.